

COMUNICADO À IMPRENSA

PARIS, 14 DE ABRIL DE 2026, 07:00

Um novo relatório encomendado pelo Brasil (Ministério da Fazenda) sob a presidência da Plataforma Regional de Cooperação Tributária para a América Latina e o Caribe (PTLAC) ao International Tax Observatory analisa como tributar de forma mais eficaz as grandes fortunas na América Latina

O estudo examina sete países e conclui que um imposto mínimo de 2% sobre fortunas superiores a US\$ 100 milhões poderia arrecadar cerca de US\$ 24 bilhões por ano, ao mesmo tempo em que restabelece a progressividade no topo dos sistemas tributários.

A América Latina continua sendo uma das regiões mais desiguais do mundo e, no entanto, os sistemas tributários ainda enfrentam sérias dificuldades para tributar eficazmente as grandes concentrações de riqueza.

O relatório analisa a interação entre desigualdade e impostos na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai e avalia diferentes opções para fortalecer a tributação de pessoas com patrimônio elevado.

Uma das principais conclusões é que as grandes fortunas pagam alíquotas efetivas significativamente mais baixas do que o restante da população. Os 0,01% mais ricos — ou seja, aqueles que estão no topo — pagam, em média, apenas 20% no Brasil e 11% no Chile, o que equivale a aproximadamente a metade do que paga o cidadão médio de cada país.

Para lidar com esse problema, o relatório avalia um imposto mínimo sobre grandes fortunas: 2% sobre patrimônios superiores a US\$ 100 milhões poderia gerar cerca de US\$ 24 bilhões por ano nos sete países analisados, o que equivale a aproximadamente 0,6% do PIB combinado desses países. Uma alíquota mais ambiciosa de 3% permitiria arrecadar cerca de US\$ 36 bilhões, o que equivale a 0,9% do PIB.

Esse imposto mínimo efetivo sobre a riqueza não é um tributo adicional, e sim um mecanismo de piso. Ou seja, se os impostos já pagos sobre a renda e o patrimônio não atingirem um nível mínimo, a diferença é cobrada. **Dessa forma, corrige-se a anomalia pela qual as grandes fortunas acabam enfrentando alíquotas efetivas mais baixas do que as do resto da sociedade.**

O relatório está estruturado em torno de cinco ideias principais:

- 1. A riqueza está altamente concentrada no topo.** A riqueza dos bilionários da região se multiplicou por seis entre 2000 e 2026, enquanto a dos 50% mais pobres praticamente estagnou.
- 2. Os sistemas tributários fazem pouco para reduzir a desigualdade.** Os 50% mais pobres pagam uma proporção maior de sua renda em impostos do que os 1% mais ricos. Em muitos casos, o sistema tributário até agrava essa desigualdade.
- 3. Os super-ricos pagam alíquotas efetivas significativamente menores.** Em países com dados administrativos detalhados, as alíquotas caem drasticamente no topo da pirâmide. Os 0,01% mais ricos pagam, em média, apenas 20% no Brasil e 11% no Chile.
- 4. As reformas tradicionais não são suficientes para corrigir esse problema.** Por exemplo, aumentar o imposto de renda pessoal tem efeitos limitados sobre os super-ricos, que costumam declarar renda pessoal baixa ou nula.
- 5. Um imposto mínimo efetivo sobre a riqueza poderia arrecadar entre US\$ 24 bilhões e US\$ 36 bilhões por ano, ao mesmo tempo em que restabelece a progressividade no topo da distribuição de riqueza.**

Como observou Gabriel Zucman, diretor do Observatório Fiscal Internacional (International Tax Observatory, ITO): *“Este relatório apresenta uma solução concreta para um dos principais problemas que as democracias da América Latina enfrentam: a coexistência de uma desigualdade extrema com sistemas tributários que não conseguem tributar adequadamente quem está no topo. Não é uma proposta radical — é um padrão democrático mínimo.”*

Segundo Vicente Silva, consultor sênior de políticas do International Tax Observatory e coordenador do relatório: *“A ideia por trás de um imposto mínimo é simples: em um sistema tributário que funciona bem, quem tem mais não deveria pagar proporcionalmente menos do que o resto da sociedade. Este relatório mostra que, na América Latina, esse princípio básico muitas vezes não é cumprido e que é possível corrigi-lo.”*

Este estudo foi coordenado por Vicente Silva, Quentin Parrinello e Lamia Oualalou. Os pesquisadores do projeto foram Carmen Durrer, Carlos Salgado e Juan Vergara. O projeto foi supervisionado por Gabriel Zucman.

Os vídeos de Gabriel Zucman explicando o relatório podem ser encontrados [aqui](#). Eles podem ser incorporados livremente ao seu site.

Além disso, sete análises específicas por país, bem como uma análise regional, estão disponíveis [aqui](#). Esses relatórios por país contaram com o apoio da Friedrich-Ebert-Stiftung para a divulgação do trabalho.

Na segunda-feira, 13 de abril, às 17h (CET), será realizada uma coletiva de imprensa online, na qual os autores do relatório apresentarão as principais conclusões e responderão a perguntas.

Contato para a mídia e pedidos de entrevistas

Os autores estão disponíveis para entrevistas e comentários técnicos adicionais.

Para marcar uma entrevista, entre em contato com a jornalista Mathilde Auburtin pelo e-mail mathilde.auburtin@psemail.eu ou pelo WhatsApp: +33 6 09 31 98 96.

Também podes escrever diretamente para o coordenador-geral do relatório, Vicente Silva, em vicente.silva@psemail.eu ou pelo WhatsApp: +33744320948.

Sobre o Observatório Fiscal Internacional (International Tax Observatory, ITO)

O [International Tax Observatory](#) (anteriormente EU Tax Observatory) é um laboratório de pesquisa sediado na Paris School of Economics e dirigido por Gabriel Zucman. Ele realiza pesquisas na área tributária, com ênfase em fiscalidade internacional. O Observatório busca gerar novos conhecimentos nesse campo, formular propostas de políticas públicas e contribuir para um debate democrático mais informado. Suas áreas de foco incluem a evasão fiscal global, a concentração de riqueza, os fluxos financeiros ilícitos e a relação entre tributação e questões ambientais.

